



Alexandra Manes*

Quatro funerais e um casamento

Jornal Oficial, II Série, número 167. Dia 30 de agosto. Despacha Sofia Ribeiro, Secretária dos ditos Assuntos Culturais, cinco diplomas que davam conta de quatro cessações de funções e uma nova nomeação. Para o efeito, foram dispensadas quatro pessoas, e promovida uma quinta.

O que significa tal coisa, na prática? Não sabemos os motivos que levaram a qualquer uma dessas ações, para além da nomeação propriamente dita, que podemos extrapolar facilmente. Começemos, talvez, por aí.

Ana de Almeida foi promovida ao cargo de adjunta do gabinete da Secretaria, depois de quase três anos a cumprir funções como secretária da Secretária, conforme o atesta a nota curricular da própria. Licenciada em turismo, com formações diversas sobre gestão e uma carreira na promoção da Região no setor privado, podemos apenas inferir que os motivos que a levaram a assumir determinantes funções nesse mesmo gabinete prendem-se com a criação de uma estratégia turística para a Educação e a Cultura nos Açores, que, salvo raras exceções, nunca vimos ser operacionalizada. Aguardamos os resultados com expectativa.

João Santos e José Luís Neto, antigos diretores dos museus de Santa Maria e Horta, respetivamente, foram sumariamente despedidos, ainda que de forma distinta, pelo menos a julgar pelo que se lê nos textos dos despachos. Encontravam-se ambos no exercício pleno das suas funções, até aquele dia, e deixaram de estar, repentinamente, ainda que o despacho referente a Neto conte com o termo “a seu pedido”, para de certa forma justificar o evento. Importará, certamente, retirar algumas ilações perante essa expressão, mas já lá vamos. Jorge Cunha, anterior diretor do museu da Graciosa, fez saber publicamente, por comunicado na sua página pessoal nas redes sociais, que cessava funções por saber que iria ser aberto novo concurso e não manifestar intenção de se recandidatar, uma vez que está já próximo da idade de aposentação. Também ele foi, na prática, sumariamente despedido, e de uma forma bastante imaginativa, diga-se de passagem.

Cláudia Cardoso, diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, foi o caso mais mediático, tendo já vindo a público explicar alguns detalhes mais sórdidos da forma como foi despedida. Recebeu o aviso com quarenta e oito horas de antecedência

e partiu dali, quase como que expulsa pela janela, depois de sete anos de serviço público reconhecido pela comunidade, e que a própria comunidade sublinhou e atestou, nas centenas de manifestações de carinho e agradecimento que pulularam pelas redes sociais, órgãos de comunicação e na própria praça pública. Acrescenta, ainda, que pondera avançar com um processo legal contra a Secretaria, coisa que não parece surpreender a pessoa mais atenta ao que se vai passando na cultura dos Açores. Quatro despedimentos, mais ou menos sumários, e uma promoção.

Com a chegada de setembro, dá-se a saída de quatro profissionais que foram sinónimo daquelas instituições, durante mais ou menos anos, com maior ou menor reconhecimento, mas com a certeza de que as saídas darão lugar a novos processos caóticos, como nos vamos habituando a receber, da parte de Sofia Ribeiro e, mais recentemente, de Duarte Chaves. O diretor regional não se pronunciou sobre estes casos, e ficamos na dúvida se terá algo a dizer, dúvida que se estende praticamente a todos os assuntos de cultura do arquipélago, aliás.

O que sabemos é que há linguagens subjacentes aos processos de despedimento, como no caso de José Luís Neto, que terá saído a pedido, deixando uma grande incógnita sobre o porquê de o ter feito, ou no caso de Jorge Cunha, que anunciou ter saído por já saber que vinha aí um concurso, de onde se depreende não ter vontade de concorrer, por motivos igualmente nebulosos.

A história julgará Sofia Ribeiro, e Duarte Chaves, na forma como conduziram estes e outros processos de Cultura. Demasiados, na verdade. Como já aqui alertei, a direção regional, e a sua secretaria, são barcos à deriva, onde apenas sobrevivem os marujos que obedecerem cegamente, e com ordem de total extermínio para quem se atrever a pensar livremente.

Pelo trabalho conhecido, é de lamentar a partida repentina daquelas quatro pessoas, e acompanhar com bastante cuidado os processos que se seguem.

Não tecendo juízos de valor sem motivo concreto para tal, será preciso perceber o que se passa na Cultura e naqueles templos da sua difusão, e manter-nos vigilantes, antes que o afundamento definitivo ocorra.

*Deputada BE/Açores

Vice-Presidência do Governo promove formação em “Primeiros Socorros Pediátricos”

A Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional da Solidariedade Social, promove, a 18 de Setembro, na ilha de São Miguel, e a 22 de Setembro, na ilha Terceira, uma formação intitulada “Primeiros Socorros Pediátricos” dirigida a técnicos e colaboradores das instituições sociais com actuação na área da infância.

Em parceria com a empresa “For Excellence”, esta formação terá uma duração de oito horas e irá direccionar-se, nesta primeira fase, a 32 técnicos das ilhas referidas que desempenham funções na valência de creche.

Do programa da formação constam abordagens a matérias tão diferenciadas como o suporte básico de vida, os acidentes vasculares cerebrais, o exame à vítima, hemorragias e choque,

emergências médicas, intoxicações, fracturas ou lesões na pele de crianças.

No entendimento do Vice-Pre-

sidente do Governo, Artur Lima, “realização desta formação reforça o compromisso do Governo dos Açores com a formação dos trabalhadores das

IPSS e Misericórdias”, com vista à sua “qualificação e adequação a novas solicitações e exigências sociais”.

“Estamos a investir na melhoria da rede de equipamentos sociais na área da infância através da requalificação e da criação de novas infra-estruturas. A estes investimentos devemos associar a capacitação dos recursos humanos, enquanto activos do sector social”, assumiu.

“Preparar os técnicos das IPSS e Misericórdias para qualquer circunstância que afecte a saúde das crianças” é, de acordo com Artur Lima, uma “obrigação”, por ser “imperativo prestar o melhor serviço às famílias açorianas e aos seus filhos”.

Posteriormente, prevê-se a realização desta formação nas restantes ilhas da Região.